GABARITO PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

PEPI DOUTORADO 2027

Critérios de correção da Questão 1 (Doutorado)

A questão

A Questão 1 pedia que o candidato discutisse criticamente o argumento de Maria da Conceição Tavares em "A retomada da hegemonia norte-americana" (1985), segundo o qual os Estados Unidos haviam retomado, e não perdido, sua hegemonia, sobretudo pelo controle da moeda e das finanças internacionais. A resposta devia examinar a concepção de hegemonia e a relação entre moeda, finanças e poder presentes nesse argumento. Devia também situá-lo no debate teórico internacional sobre o declínio hegemônico e avaliar seu alcance e seus limites à luz da trajetória do sistema monetário-financeiro internacional desde então, incluindo a crise de 2008 e a ascensão da China.

Composição do padrão de resposta

O padrão de resposta foi organizado em 31 itens de peso igual, cada um valendo até 1 ponto: 28 itens de conteúdo, distribuídos em seis blocos, e 3 critérios gerais.

Bloco	Pontos possíveis
1. Reconstrução da tese	6
2. Concepção de hegemonia	4
3. Inserção no debate teórico	5
4. Avaliação histórica posterior	5
5. Limites e tensões, com posição própria	5
6. Implicações para a periferia	3
Critérios gerais	3
Total	**31**

O padrão de resposta estabelece ainda um critério de diferenciação: respostas apenas descritivas, sem confronto teórico e sem posição argumentada (blocos 3 a 5), não alcançam a nota máxima.

Escala de pontuação

Cada item recebeu 1, 0,5 ou 0 ponto, conforme o desempenho da resposta:

Pontuação	Quando se aplica
1	O item está presente e correto.
0,5	O item está presente de forma parcial ou vaga, sem o dado que o define, ou com erro de fato.

Pontuação	Quando se aplica
0	O item está ausente, errado ou deslocado para outro período ou tema.

Os seguintes princípios valeram para todos os itens e todas as provas:

- Pontua-se a ideia, não as palavras: a paráfrase conta, desde que a afirmação esperada esteja presente.
- Item composto de duas partes (por exemplo, "desindustrialização e polarização interna nos Estados Unidos"): as duas partes valem 1; apenas uma delas vale 0,5.
- Item definido por um agente ou por uma data (por exemplo, "choque de juros de Volcker, 1979"): com o agente ou a data identificados, vale 1; de forma genérica ("alta dos juros"), vale 0,5.
- Erro de fato dentro do item, como data ou agente errados, limita o item a 0,5, ou a 0 se inverter o sentido da afirmação, e é considerado também no critério de uso correto dos conceitos.
- Anacronismo, isto é, atribuir ao texto de 1985 fatos ou obras posteriores a ele, limita a 0,5 o item em que aparece e é considerado no critério de uso correto dos conceitos. Os fatos posteriores a 1985 são esperados na avaliação histórica e na discussão dos limites; o anacronismo está em apresentá-los como parte do argumento de Tavares.
- A tese pode estar implícita: se o mecanismo está explicado, o item vale 1 mesmo sem a formulação do padrão de resposta; se a ideia é apenas nomeada, sem explicação, vale 0,5.
- Um autor do debate teórico vale 1 quando é nomeado, tem sua posição caracterizada corretamente e é confrontado com a tese de Tavares; apenas nomeado, ou com a posição caracterizada de modo vago, vale 0,5.
- Conteúdo fora do tema pedido vale 0 nos itens correspondentes. Conteúdo que não corresponde a nenhum item do padrão de resposta, ainda que pertinente ao tema, não soma pontos.
- O mesmo conteúdo recebe a mesma pontuação em todas as provas.

Itens da resposta esperada e pontuação

As tabelas a seguir listam os itens de cada bloco, com o que valeu 1 ponto e o que valeu 0,5 ponto. Em todos os itens, a ausência do item, a afirmação errada ou o conteúdo deslocado para outro período ou tema valeram 0.

Bloco 1. Reconstrução da tese (6 pontos)

Item	1 ponto	0,5 ponto
1.1 Choque de juros de 1979	O choque de juros que inaugura a política do dólar forte, identificado pelo agente (o Fed, sob Volcker) ou pela data (1979).	Alta dos juros mencionada de forma genérica, sem agente nem data.

Item	1 ponto	0,5 ponto
1.2 Dólar fiduciário como padrão	O dólar sem lastro em ouro passa a ser a base do sistema e do poder americano (padrão dólar fiduciário ou flexível, emissão sem restrição externa).	Fim de Bretton Woods ou da conversibilidade mencionado apenas como acontecimento, sem caracterizar o novo padrão, ou com erro de fato.
1.3 Absorção da liquidez mundial	Os juros altos atraem para os Estados Unidos a liquidez mundial (capitais, compra de títulos do Tesouro), que financia os déficits americanos.	Referência vaga a fluxos de capital em direção aos Estados Unidos.
1.4 Enquadramento de aliados e periferia	Os aliados (Europa e Japão) obrigados a ajustar suas políticas aos juros americanos e a periferia atingida pela crise da dívida.	Apenas um dos dois, ou o enquadramento referido de forma genérica ("o resto do mundo").
1.5 Paradoxo do devedor	Os Estados Unidos tornam-se o maior devedor do mundo sem perder centralidade, porque a dívida denominada em sua própria moeda é o ativo que ancora o sistema.	Os Estados Unidos descritos como devedores sem restrição externa, sem a ideia de que a dívida ancora o sistema.
1.6 Caráter político da retomada	A retomada como estratégia deliberada do Estado americano (diplomacia do dólar e das armas), e não como ajuste automático de mercado.	Uma decisão de governo mencionada isoladamente, sem caracterizar a retomada como estratégia de Estado.

Bloco 2. Concepção de hegemonia (4 pontos)

Item	1 ponto	0,5 ponto
2.1 Poder estrutural	A hegemonia como poder estrutural, com primazia das dimensões monetário-financeira e militar sobre a comercial-produtiva (por exemplo: os Estados Unidos perdem competitividade diante da Alemanha e do Japão, mas reafirmam a hegemonia pela moeda, pelas finanças e pelas armas).	Hegemonia descrita como "financeira" ou "monetária e militar", sem o contraste com a dimensão comercial-produtiva.
2.2 Ônus do ajuste e senhoriagem	A capacidade de impor ao resto do mundo o ônus do ajuste e de extrair senhoriagem, financiando-se na própria moeda.	Apenas um dos dois aspectos.
2.3 Hegemonia não benevolente	Uma hegemonia que não é benevolente nem provedora de bens públicos, em contraste explícito com a teoria da estabilidade hegemônica.	Hegemonia chamada de coercitiva ou não benevolente, sem o contraste com a estabilidade hegemônica.

Item	1 ponto	0,5 ponto
2.4 Raízes teóricas da autora	A ligação do texto às raízes heterodoxas da autora (Keynes, Kalecki, a tradição marxista do capital financeiro) e à releitura da relação centro-periferia herdada da CEPAL.	Apenas uma das duas filiações.

Bloco 3. Inserção no debate teórico (5 pontos)

Item	1 ponto	0,5 ponto
3.1 Kindleberger e Keohane	A teoria da estabilidade hegemônica (Kindleberger) e After Hegemony (Keohane, 1984): ambas pressupõem o declínio e pensam a cooperação depois da hegemonia, em contraste com Tavares.	Autores ou teoria apenas nomeados, ou caracterizados de modo vago.
3.2 Paul Kennedy	The Rise and Fall of the Great Powers (1987) e a ideia de sobre-extensão imperial, em contraste com Tavares.	Autor apenas nomeado.
3.3 Wallerstein e Arrighi	Para eles, a expansão financeira é sinal do "outono" de um ciclo hegemônico; Tavares lê a financeirização como reafirmação do poder. É o contraste central a explorar.	Autores apresentados como teóricos do declínio, sem o contraste sobre a expansão financeira.
3.4 Susan Strange	"The persistent myth of lost hegemony" (1987), que converge com Tavares pelo conceito de poder estrutural.	Autora apenas nomeada.
3.5 Poder e Dinheiro e Fiori	A continuidade do argumento em Poder e Dinheiro (1997), com Fiori, e o pós-escrito sobre a "reafirmação" da hegemonia.	Fiori citado em outro contexto, sem a continuidade do argumento.

O padrão de resposta pedia no mínimo duas interlocuções bem trabalhadas. Outros autores da teoria da estabilidade hegemônica (por exemplo, Gilpin) foram aceitos no item 3.1. Autores que não tratam do declínio hegemônico não somam pontos neste bloco.

Bloco 4. Avaliação histórica posterior (5 pontos)

Item	1 ponto	0,5 ponto
4.1 Plaza e Louvre	Os Acordos do Plaza (1985) e do Louvre (1987) como gestão do dólar imposta aos aliados, e a trajetória japonesa posterior.	Apenas um dos dois aspectos.
4.2 Fim da URSS, globalização financeira e Consenso de Washington	Pelo menos dois dos três elementos.	Apenas um dos três.

Item	1 ponto	0,5 ponto
4.3 Crises periféricas dos anos 1990	Pelo menos dois casos (México, Ásia, Rússia, Brasil).	Crises citadas de forma genérica, ou um caso só.
4.4 Crise de 2008	A crise nasce no centro, mas provoca uma "fuga para a qualidade" rumo ao dólar, e as linhas de swap do Fed o confirmam como banco central do mundo. Basta registrar que a crise confirmou ou reforçou a centralidade do dólar.	A crise mencionada sem o que revelou sobre o dólar. Lida apenas como prova do declínio do dólar, sem ponderação, vale 0.
4.5 Sanções financeiras	O uso de sanções financeiras como instrumento direto de poder, com exemplo (as sanções contra a Rússia em 2022, o congelamento de reservas, a exclusão do SWIFT).	Sanções mencionadas de forma genérica.

Bloco 5. Limites e tensões, com posição própria (5 pontos)

Item	1 ponto	0,5 ponto
5.1 Déficits e dilema de Triffin	Os déficits persistentes dos Estados Unidos como limite, com o dilema de Triffin revisitado.	Déficits mencionados como limite, sem o dilema.
5.2 Desindustrialização e polarização	A desindustrialização e a polarização interna nos Estados Unidos.	Apenas um dos dois.
5.3 Desafio chinês	O desafio produtivo e tecnológico da China, com a internacionalização ainda limitada do renminbi.	Apenas um dos dois. A simples menção ao crescimento chinês não basta.
5.4 Desdolarização	O risco de que a instrumentalização do dólar estimule uma desdolarização incipiente.	Alternativas ao dólar mencionadas sem a ligação com seu uso como instrumento de poder.
5.5 Posição própria	Posição explícita e argumentada sobre se a tese de Tavares se sustenta, precisa ser qualificada ou foi superada.	Posição enunciada sem argumento, ou apenas implícita.

Bloco 6. Implicações para a periferia (3 pontos)

Item	1 ponto	0,5 ponto
6.1 Hierarquia monetária	A hierarquia monetária internacional e a posição subordinada das moedas periféricas.	Hierarquia mencionada sem explicação.
6.2 Restrição externa e autonomia	A restrição externa e a autonomia limitada da política econômica (juros, câmbio) em países como o Brasil.	Apenas um dos dois.

Item	1 ponto	0,5 ponto
6.3 Desenvolvimento nacional	Ligação explícita da análise com o problema do desenvolvimento nacional.	Ligação apenas sugerida.

Critérios gerais (3 pontos)

Critério	1 ponto	0,5 ponto	0
Uso correto dos conceitos	Sem erros conceituais, ou apenas imprecisões menores.	Um ou dois erros conceituais ou anacronismos pontuais.	Erros graves, ou erros que estruturam a resposta.
Articulação causal entre os itens	Encadeia causas e efeitos entre os itens.	Em parte lista os itens, com partes desconectadas.	Lista solta de itens, ou resposta fora do tema.
Clareza expositiva	Texto claro e organizado.	Ordem confusa ou texto difícil de seguir.	Texto incompreensível ou fora do tema.

Cálculo da nota

Os pontos obtidos são somados (máximo de 31) e convertidos numa nota de 0 a 5, a partir do percentual do padrão de resposta atingido. O patamar de referência é 40% do padrão (12,4 pontos), que equivale à nota 3,5.

Até esse patamar, a nota é proporcional aos pontos: nota = pontos ÷ 12,4 × 3,5. Por exemplo, 8 pontos correspondem a 8 ÷ 12,4 × 3,5 ≈ 2,26.

Acima do patamar, a nota sobe em linha reta de 3,5 até 5,0: nota = 3,5 + (percentual − 40%) × 1,5 ÷ 60%. Cada 10% a mais do padrão acrescenta 0,25 à nota, cerca de 0,08 por ponto. Assim, 50% do padrão valem 3,75; 60%, 4,0; 80%, 4,5; e 100%, 5,0.

Na consolidação dos resultados, as notas foram expressas em múltiplos de 0,5: a nota calculada foi levada ao múltiplo de 0,5 mais próximo e, quando ficou exatamente no meio entre dois múltiplos, ao inferior (3,75, por exemplo, foi registrada como 3,5). A tabela mostra a nota que a regra atribui a cada faixa de pontos.

Pontos obtidos	Percentual do padrão	Nota calculada	Nota pela regra
0 a 0,5	0% a 1,6%	0 a 0,14	0,0
1 a 2,5	3,2% a 8,1%	0,28 a 0,71	0,5
3 a 4	9,7% a 12,9%	0,85 a 1,13	1,0
4,5 a 6	14,5% a 19,4%	1,27 a 1,69	1,5
6,5 a 7,5	21,0% a 24,2%	1,83 a 2,12	2,0
8 a 9,5	25,8% a 30,6%	2,26 a 2,68	2,5
10 a 11,5	32,3% a 37,1%	2,82 a 3,25	3,0
12 a 15,5	38,7% a 50,0%	3,39 a 3,75	3,5
16 a 21,5	51,6% a 69,4%	3,79 a 4,23	4,0
22 a 27,5	71,0% a 88,7%	4,27 a 4,72	4,5
28 a 31	90,3% a 100%	4,76 a 5,00	5,0

Como cada item vale 1, 0,5 ou 0 ponto, os totais de pontos variam de 0,5 em 0,5.

Critérios de correção da Questão 2 (Doutorado)

Baseado no livro “Uma Teoria do poder global”, no capítulo “Poder Global e Riqueza”, José Luís Fiori apresenta o resumo, na forma estilizada, de sete teses teóricas e históricas. A tese nº 1 resume sua visão do “poder”: “1ª Tese: em termos estritamente lógicos, o “poder” é uma relação que se constitui e se define, tautologicamente, pela disputa, e pela luta contínua, pelo próprio poder. Em qualquer nível de abstração, e em qualquer tempo ou lugar, independente do conteúdo concreto de cada relação de poder em particular.”

Descreva e explique as 10 características apresentadas sobre o poder pelo autor a partir desta tese.

Gabarito: É esperado que o candidato descreva e explique as 10 características abaixo apresentadas na 1ª Tese: (cada característica apresentada vale 0,25pts e cada explicação correspondente vale 0,25pts)

i. “assimétrico”: porque se todos tivessem o mesmo poder, não haveria disputa, nem haveria “relação de poder”;

ii. “limitado”: porque se o poder fosse absoluto, não haveria disputa, e portanto, o poder não existiria, pura e simplesmente;

iii. “relativo”: porque o poder envolve uma hierarquia, e um “cabo de guerra” permanente entre algum “vértice' que tenha “mais poder”, e um outro que terá necessariamente, “menos poder”. Se um desses “vértices” aumenta seus “graus de liberdade”, algum outro perderá poder, inevitavelmente, com relação ao que se expandiu.

iv. “heterostático”: porque qualquer dessas variações de poder provoca sempre uma reação mais ou menos imediata das partes desfavorecidas, visando recompor e manter a mesma correlação anterior à situação prévia à mudança inicial;

v. “triangular”: porque o “limite” de toda e qualquer unidade de poder (P1) é estabelecido por outra unidade de poder (P2) que tem as mesmas características de P1, e, portanto, também tem seu limite traçado por mais uma unidade de poder (P3), e assim infinitamente, com relação a P4, P5 etc.;

vi. “fluxo”: porque o poder é ação e movimento e só existe enquanto é exercido de forma contínua. Não há como conceber um “poder estático”, nem há como conceber logicamente, a possibilidade de um poder “desativado” ou neutro. Por isso costuma-se dizer que não existe “vácuo de poder”, nesse jogo sem fim;

vii. “sistêmico”: porque não é possível pensar uma “unidade de poder” sem supor logicamente a existência deste conjunto de outras “unidades de poder”

que se multiplicam na forma de “triângulos” que supõem outros “triângulos”, e assim sucessivamente. E como não é possível imaginar algum poder fora desse “sistema de poderes”, também se pode inferir que não existe nada anterior ou posterior ao próprio sistema, ou seja, ao próprio poder.

viii. “expansivo”, porque se as relações de poder fossem binárias e fechadas sobre si mesmas, se transformariam num “jogo de soma zero” e tenderiam a desparecer, de forma autofágica. Isso só não acontece porque o poder é triangular e sistêmico, e todas as suas unidades podem se expandir para fora de si mesmas, através da conquista do poder, ou de alguma parcela do poder das demais unidades do sistema. Cada unidade de poder (P1, P2, P3 etc.) exerce uma pressão competitiva sobre si mesma, e todas essas unidades exercem a mesma pressão umas com relação às outras. Como consequência, o sistema, como um todo, também se expande de forma contínua. Mais do que isso, precisa se expandir infinitamente, caso contrário, se fecharia sobre si mesmo, e entraria em estado de entropia, ou em rota de extinção.

ix. “indissolúvel”, porque uma relação de poder só desaparece quando é conquistada integralmente, ou submetida, por outra unidade de poder. Assim, por mais que recuemos no “tempo lógico”, sempre nos depararemos com novas unidades de poder que foram conquistadas em algum momento, e assim retroativamente até o infinito. Portanto, se pode deduzir que o poder é a origem de si mesmo, e a conquista, é apenas a forma pela qual o poder se constitui, se reproduz e se expande;[1]

x. “dialético”: porque, se é verdade que o poder se define pelo seu fluxo, pelo seu exercício e pela sua expansão, então, também se pode concluir que o poder se define por sua negação e superação, e portanto, finalmente, que o poder é igual a acumulação do poder (“P = +P").

1 Ainda uma vez, foi Maquiavel quem expôs de forma mais simples e direta a ideia desconfortável de que: “o desejo de conquista é coisa verdadeiramente natural e ordinária e os homens que podem fazê-lo serão sempre louvados e não censurados” (Maquiavel, 1983, p. 14).

Critérios de correção da Questão 3 (Doutorado)

Gabarito (resposta esperada)

A tradição cepalina mostrou que a restrição externa é um traço estrutural da periferia: economias especializadas em bens primários, sem moeda aceita internacionalmente, dependem de divisas para crescer e industrializar-se. Medeiros & Serrano (1999) acrescentam que a intensidade e a forma dessa restrição não são dadas apenas pela estrutura produtiva periférica, mas pelas regras do padrão monetário internacional e pela conduta do país que emite a moeda-chave. Argumenta-se aqui que a passagem do padrão ouro-dólar ao padrão dólar flexível transformou a natureza da restrição externa latino-americana: de uma restrição de quantidade, marcada pela escassez de dólares distribuídos segundo critérios geopolíticos, para uma restrição de preço e de volatilidade, em que a liquidez pode ser abundante, mas é cara, pró-cíclica e reversível. Em nenhum dos dois contextos a restrição foi superada; o que variou foram os canais de acesso às divisas e o espaço de política disponível.

Prebisch (1949) parte do sistema centro-periferia: o progresso técnico concentra-se no centro e seus frutos não se difundem pela queda de preços dos manufaturados, o que se expressa na deterioração dos termos de troca. A industrialização periférica, necessária para captar esse progresso, eleva a demanda por importações mais rapidamente que as receitas de exportação, gerando tendência ao desequilíbrio externo. O autor observa ainda que os Estados Unidos, novo centro cíclico principal, tinham coeficiente de importações ínfimo, não superior a 3% da renda nacional, o que produzia escassez de dólares para a América Latina. Medeiros & Serrano formalizam essa intuição em chave clássico-keynesiana: o crescimento periférico é limitado pelo balanço de pagamentos, enquanto o país emissor da moeda-chave pode financiar déficits em sua própria moeda. Assim, a restrição da periferia depende da forma como o centro opera o padrão monetário, de sua política de juros e de suas prioridades geopolíticas.

O padrão ouro-dólar, instituído em Bretton Woods e plenamente operante após a convertibilidade das moedas europeias em 1958, combinava paridades fixas, porém ajustáveis, conversibilidade do dólar em ouro a US$ 35 por onça para bancos centrais e amplo uso de controles de capital, legitimados pelo FMI. A necessidade de preservar a paridade com o ouro impunha aos Estados Unidos algum limite à emissão de passivos externos, expresso no dilema de Triffin; por isso, a liquidez internacional chegou ao resto do mundo sobretudo pela conta de capital: ajuda oficial, gastos militares no exterior e investimento direto. Os juros internacionais eram baixos e estáveis. A distribuição desses dólares, porém, obedeceu à lógica da Guerra Fria: Europa Ocidental, Japão, Coreia do Sul e Taiwan receberam transferências, acesso assimétrico ao mercado norte-americano e tolerância a políticas heterodoxas, configurando o que os autores chamam de

"desenvolvimento a convite". Movimento similar ao que ocorre na relação entre China-EUA a partir dos anos 1970.

Para a América Latina, esse contexto ofereceu potencialidades reais. O espaço de política permitiu controles cambiais, tarifas, bancos públicos de desenvolvimento e planejamento, e a substituição de importações sustentou taxas elevadas de crescimento entre 1950 e 1980, com industrialização pesada em países como Brasil e México. O investimento direto de empresas multinacionais, como no Plano de Metas brasileiro, complementou a escassa disponibilidade de divisas. Os desafios, contudo, foram os previstos por Prebisch: a região não recebeu um "Plano Marshall", permaneceu dependente de exportações primárias com preços instáveis e enfrentou crises recorrentes de balanço de pagamentos, seguidas de programas de estabilização com condicionalidades do FMI. A industrialização liderada por multinacionais, além disso, gerou remessas de lucros e dependência tecnológica. O padrão ouro-dólar, portanto, não foi uma "era de ouro" externa para a região: ofereceu autonomia de política, mas não dólares suficientes.

A elevação dos juros norte-americanos em 1979, que Tavares (1985) interpretou como "retomada da hegemonia" dos Estados Unidos, inverteu bruscamente essas condições, desencadeou a crise da dívida de 1982 e inaugurou a "década perdida". O episódio mostra com clareza que a restrição externa periférica depende de decisões tomadas pela potência central com base em seus próprios objetivos. O padrão dólar flexível que então se consolida tem características opostas. O dólar é inconversível, e os Estados Unidos financiam déficits em conta corrente emitindo ativos em sua própria moeda, praticamente sem restrição externa; o Federal Reserve passa a definir, na prática, a taxa de juros de referência mundial, e a liberalização financeira amplia a mobilidade de capitais. Para a periferia, abre-se a possibilidade de acesso a financiamento abundante em fases de liquidez, como nos anos 1990 e, numa extensão do argumento dos autores, nos anos 2000, quando juros baixos e a alta das commodities puxada pela China permitiram à América Latina crescer e acumular reservas. Os desafios, porém, são estruturais: fluxos pró-cíclicos e paradas súbitas (México em 1994, Brasil em 1999, Argentina em 2001), incapacidade de endividar-se na própria moeda dada a hierarquia monetária, juros domésticos elevados com câmbio apreciado, desindustrialização e reprimarização da pauta. O câmbio flutuante não garante autonomia, pois o ciclo financeiro global segue comandado pela política monetária norte-americana.

Para a discussão sobre as potencialidades e os desafios, o gabarito é mais aberto em termos do que se esperava que os(as) candidatos(as) abordassem. Era central que estes elementos fossem abordados em coerência com os argumentos desenvolvidos ao longo da questão.

Um caminho possível (talvez o mais elementar levando em consideração a questão e as referências mobilizadas): Uma leitura crítica exige evitar dois determinismos. De um lado, o padrão monetário condiciona, mas não determina sozinho, as trajetórias: sob o mesmo dólar flexível, economias asiáticas exportadoras de manufaturados aproveitaram os déficits norte-americanos como fonte de demanda, enquanto a América Latina, com

abertura financeira, âncoras cambiais e pauta primária, absorveu sobretudo a volatilidade. De outro, a agência periférica tem limites: controles de capital, acúmulo de reservas, bancos de desenvolvimento e arranjos regionais reduzem a vulnerabilidade, mas a um custo e sem eliminar a assimetria monetária. Acrescente-se a dimensão geopolítica: com o fim da Guerra Fria, desaparece o incentivo a "convites", e a agenda da potência central passa a privilegiar a liberalização. A demanda chinesa por commodities aliviou temporariamente a restrição externa, mas reforçou a especialização primária criticada por Prebisch.

Elementos basilares da resposta: sob o padrão ouro-dólar (c. 1944/1958–1971/73), a periferia tinha espaço de política (controles de capital, juros internacionais baixos e estáveis), mas acesso escasso e politicamente seletivo a dólares. Sob o padrão dólar flexível (consolidado a partir de 1979), os EUA se livram da restrição externa e passam a definir unilateralmente juros e câmbio do dólar; a periferia ganha acesso a liquidez abundante, mas pró-cíclica, cara e reversível. Para a América Latina, o resultado líquido depende da forma de inserção e da gestão da conta de capital.

Diferenciais:

- Abordar a transição (1971–1979) ou o *interregno*: fim da convertibilidade (1971), flutuação generalizada (1973), reciclagem dos petrodólares e endividamento latino-americano a juros reais baixos ou negativos (ex.: o II PND brasileiro). O choque de juros de 1979 converte esse endividamento em crise e marca a consolidação do dólar flexível. E destacar que após anos 1970: ampliação do crédito mundial via eurodólares a juros baixos.
- Abordar questões sobre a margem de ação da periferia sem cair no determinismo. Por exemplo: reconhecer escolhas e coalizões internas: abertura financeira, âncoras cambiais, interesses de credores e exportadores, assim, a restrição externa é um condicionante, não um destino.
- Mobilizar elementos das discussões sobre poder no campo da EPI, como: O padrão monetário aparece como instrumento de hegemonia. Conecta-se à "retomada da hegemonia" de Tavares (1985) ou ao poder estrutural de Susan Strange.
- Articular nos argumentos elementos da heterogeneidade dentro da periferia. Por exemplo: explica por que, sob o mesmo dólar flexível, a Ásia aproveitou os déficits dos EUA e a América Latina absorveu sobretudo a volatilidade. Melhor ainda se notar diferenças dentro da própria região (América Latina).

Grade de pontuação da questão (5,0 pontos – 50% da nota da prova escrita)

Critério	Dimensão avaliada	Pleno	Parcial	Insuficiente	Máx.
C1. Fundamentação teórica (Prebisch e	Teoria do desenvolvimento e EPI	Restrição externa como limite ao crescimento; assimetria do emissor	Apresenta os autores corretamente, mas sem	Menção genérica ou erro	1,0

Critério	Dimensão avaliada	Pleno	Parcial	Insuficiente	Máx.
Medeiros & Serrano)		da moeda-chave; padrão monetário como variável política; elo com o coeficiente de importações dos EUA em Prebisch (0,9–1,0)	articulá-los (0,5–0,8)	conceitual (0–0,4)	
C2. Caracterização dos dois padrões e da transição	História econômica	Regras, regime cambial, mobilidade de capitais e papel dos EUA em cada padrão; marcos de 1944/1958, 1971, 1973 e 1979; trata a transição dos anos 1970 (0,9–1,0)	Caracteriza os padrões com lacunas ou sem a transição (0,5–0,8)	Confunde os padrões ou erra a periodização (0–0,4)	1,0
C3. Comparação das condições oferecidas à periferia latino-americana	História econômica e economia política	Compara ao menos 4 dimensões da tabela da seção 3, com potencialidades e desafios em cada padrão e exemplos latino-americanos datados (1,1–1,25)	Comparação correta mas genérica ou só de desafios (0,6–1,0)	Descrições separadas, sem comparação (0–0,5)	1,25
C4. Análise crítica e mecanismos	Economia política e EPI	Explica os canais (juros, câmbio do dólar, demanda, geopolítica); desenvolve ao menos 3 pontos críticos da seção 4; pondera agência da periferia (1,1–1,25)	Crítica presente, mas pouco fundamentada ou com determinismo (0,6–1,0)	Sem crítica ou com juízos normativos sem argumento (0–0,5)	1,25
C5. Coerência argumentativa e forma	Argumentação	Tese clara, progressão lógica, conclusão que responde à pergunta, linguagem técnica precisa (0,5)	Estrutura adequada com saltos ou repetições (0,2–0,4)	Texto desorganizado ou sem conclusão (0–0,1)	0,5
Total					**5,0**

Faixas de desempenho e distribuição da pontuação por faixas

Faixa	Nota	Perfil da resposta
Excelente	4,5–5,0	Tese clara; autores articulados; padrões e transição bem periodizados; mecanismos explícitos; crítica equilibrada com agência da periferia; nenhum erro factual

Faixa	Nota	Perfil da resposta
Bom	3,5–4,4	Comparação correta e crítica presente, mas mecanismos ou transição pouco desenvolvidos
Regular	2,5–3,4	Descreve os dois padrões corretamente, com comparação e crítica genéricas
Insuficiente (patamar superior)	2,5–2,9	Alguns elementos satisfatórios, mas algum problema específico identificado, como fuga dos períodos históricos esperados; resposta muito incompleta ou com muitas lacunas. Pode ser o caso de redação confusa e construção de argumentos frágeis.
Insuficiente (patamar inferior)	0–2,4	Erros conceituais e/ou históricos, ausência de comparação ou de elementos centrais do tema e/ou fuga ao tema. Pode ser o caso de redação confusa e construção de argumentos frágeis.